

O CAMPO SOCIAL “ÁGUA E ESGOTO”: INDICADORES SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

THE SOCIAL FIELD "WATER AND SEWAGE": INDICATORS ABOUT THE BRAZILIAN EXPERIENCE.

EL CAMPO SOCIAL "AGUA Y ESGOTO": INDICADORES SOBRE LA EXPERIENCIA BRASILEÑA.

Marcus Roberto de Oliveira¹
Marcelo Bordin²

RESUMO

Os serviços de abastecimento de água tratada (e própria para o consumo) e coleta de esgoto sanitário podem ser compreendidos como soluções necessárias, visto que as consequências de sua falta atingem todas as comunidades envolvidas. Assim, poderia tal consenso, lavrado juridicamente, fomentar o exercício de poder e sustentar a vigência de determinado *status quo* numa determinada região? É crível sustentar que a experiência brasileira envolvendo os serviços de água e esgoto proporcionou uma significativa diversidade de agentes sociais, num contexto de sistêmicos conflitos pela posse dos capitais (econômico, cultural, político, simbólico, social, etc.) mobilizados pela premeditação implantação, administração e exploração dos ofícios em questão. Os sistemas de água e esgoto proporcionam reflexões importantes. A ponto de sustentar um campo social específico, cujos agentes sociais desses espaços, também agem em outros campos sociais conforme o montante de capitais mobilizados. Nesse raciocínio, vigora um campo social “Água e Esgoto” no cenário brasileiro, sendo tal microcosmo permeado por outros campos sociais, como os campos político, empresarial, profissional e comunitário. Num panorama de campos, capitais e conflitos, a temática do poder é inerente.

Palavras-chave: Serviços de água e esgoto no Brasil; Campos sociais; Capitais; Conflitos; Poder.

ABSTRACT

Services for the supply of treated (and ready-to-use) water and sewage collection can be understood as necessary solutions, since the consequences of their lack affect all communities involved. Could such a consensus, legally drafted, foster the exercise of power and sustain a certain status quo in a given region? It is credible to maintain that the Brazilian experience involving water and sewage services provided a significant diversity of social agents, in a context of systemic conflicts over the possession of capitals (economic, cultural, political, symbolic, social, etc.) mobilized by the premeditation implantation, Administration and operation of the offices in question. Water and sewage systems provide important insights. To the point of sustaining a specific social field, whose social agents of these spaces also act in other social fields according to the amount of capitals mobilized. In this reasoning, there is a social field "Water and Sewage" in the Brazilian scenario, being such microcosm permeated by other social fields, such as political, business, professional and community. In a panorama of fields, capitals and conflicts, the issue of power is inherent.

Key-Words: Water and sewage services in Brazil; Social Fields; Capitals; Conflict; Power.

RESUMEN

Los servicios de abastecimiento de agua tratada (y propia para el consumo) y recolección de aguas residuales sanitarias pueden ser comprendidos como soluciones necesarias, ya que las consecuencias de su falta alcanzan a todas las comunidades involucradas. Así, ¿podría tal consenso, cultivado jurídicamente, fomentar el ejercicio de poder y sostener la vigencia de determinado status quo en una determinada región? Es creíble sostener que la experiencia brasileña involucrando los servicios de agua y alcantarillado proporcionó una significativa diversidad de agentes sociales, en un contexto de sistémicos conflictos por la posesión de los capitales

¹ Bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia Política e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mr_olivei@yahoo.com.br

² Licenciado em Geografia pela UFPR e graduado em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), mestre em Geografia e doutorando em Sociologia, ambos pela UFPR. E-mail: marcelobordin05@gmail.com

(económico, cultural, político, simbólico, social, etc.) movilizados por la premeditación implantación, administración y explotación de los oficios en cuestión. Los sistemas de agua y de desagüe proporcionan reflexiones importantes. A punto de sostener un campo social específico, cuyos agentes sociales de esos espacios, también actúan en otros campos sociales conforme al monto de capitales movilizados. En ese raciocinio, vigora un campo social "Agua y Alcantarillado" en el escenario brasileño, siendo tal microcosmos permeado por otros campos sociales, como los campos político, empresarial, profesional y comunitario. En un panorama de campos, capitales y conflictos, la temática del poder es inherente.

Palabras clave: Servicios de agua y alcantarillado en Brasil; Campos sociales; Capitales; Conflictos; Poder.

INTRODUÇÃO

No contexto vigente, a ideia de saneamento ambiental passa a fazer sentido e torna-se material quando o abastecimento de água tratada e própria para consumo, o manejo de águas pluviais, o sistema de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, a limpeza urbana e o controle de agentes patogênicos formam um conjunto de serviços que tem como objetivo promover a saúde das comunidades envolvidas (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

Os processos históricos de urbanização e desenvolvimento (determinantes da sociedade urbana e industrial) consolidaram uma interdependência humana que contemplou feições sociais e espaciais. Assim, as realidades de cada grupo envolvido são compartilhadas no conjunto social. Desse modo, os resultados da precariedade das condições de vida fundamentam os problemas sociais acerca de saneamento ambiental numa determinada conjuntura. Portanto, é plausível supor que tal situação abra a possibilidade para a instituição de uma consciência coletiva social que define os serviços de saneamento ambiental como soluções necessárias, visto que as consequências de sua falta atingem todas as comunidades envolvidas (HOCHMAN, 1998).

Nesta lógica, tais ofícios passaram a ser paulatinamente compreendidos como elementos consensuais numa estrutura urbano-industrial que emergiria enquanto referência no Brasil em meados do século XX e, apresentando características de exterioridade, generalidade e independência em relação aos indivíduos que a compõem (DURKHEIM, 2007), constituíram a hodierna e indispensável unanimidade envolvendo o saneamento ambiental. Nesse ponto, se observarmos as diretrizes nacionais acerca do tema, instituídas pela lei 11445 de 05 de janeiro de 2007, é possível sustentar que a formulação e a implantação desses ofícios públicos estão sacramentadas como elementos essenciais para o exercício da cidadania (BRASIL, 2007). Assim, poderia tal consenso, lavrado juridicamente, fomentar o exercício de poder e sustentar a vigência de determinado *status quo* (FAORO, 2001) numa determinada região?

Na tentativa de responder a essa interrogação, é plausível sustentar que o âmbito social é constituído por campos sociais; os quais são definidos como espaços teóricos

conjuntos, microcosmos relativamente autônomos que dispõem de lógicas próprias e que emergem das diferenciações sociais. Segundo a abordagem aqui adotada as recorrências indicam mais transições que padrões fixos e estanques. Assim, olhar a estrutura social e as diversas inter-relações envolvendo indivíduos, instituições e grupos, possibilitaria evidenciar detalhes particulares e variáveis com maior potencial analítico.

Um campo é tanto um “campo de forças”, uma composição que compele os indivíduos, instituições e grupos (agentes sociais) nele enredados, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes sociais oprimam conforme suas posições junto às relações de forças. Nessa dinâmica, os agentes operam no sentido de conservar ou transformar a estrutura do campo social a que cada um corresponde (BOURDIEU, 1996).

O agente social (indivíduo, instituição ou grupo) é semiautônomo (ativo e passivo), incorpora as relações com a estrutura do campo e reproduz as mesmas por meio dos *habitus*; esses definidos enquanto produtos coletivos que orientam as ações dos agentes; instrumentos capazes de auxiliar na reflexão acerca da relação (e da mediação) entre as sujeições sociais exteriores e a subjetividade dos agentes sociais (THIRY-CHERQUES, 2006). É justamente pelos *habitus* que os agentes interiorizam valores, normas e princípios sociais que asseguram a adequação entre suas ações e a realidade social objetiva (BOURDIEU, 1996).

Cada campo social apresenta interesses que predominam em suas respectivas estruturas. Nesse sentido, tais proveitos correspondem aos agentes sociais que dominam o campo, e esse controle está condicionado às suas respectivas posses de capitais, que podem ser classificados como: “[...] econômico, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações etc. (bens, patrimônios, trabalho)”; “[...] cultural, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, etc.”; “[...] social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos” e “[...] simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social)” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 38-39).

O capital é compreendido enquanto um recurso mobilizador que proporciona hierarquia à estrutura de um campo social (MATOS, 2009). Interesses e distribuição desigual de capitais (econômicos, culturais, sociais e simbólicos) fundamentam circunstâncias que resultam em conflitos.

O PROTAGONISMO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Diante da sistematização dos conceitos mencionados, é verossímil a comparência de campos sociais na trajetória do saneamento ambiental no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, na qual os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto tiveram significativo destaque.

Convém observar que a ideia de saneamento ambiental é um produto da modernidadeⁱ, mesmo que sejam verificados em civilizações mais antigas:

Embora seja possível identificar a existência de cidades reconhecíveis como tal na Antiguidade, a ideia de que as cidades e a vida urbana possuem uma qualidade particular ou forma de vida é uma tese sociológica do final do século XIX. Na época, o processo de urbanização levava ao crescimento populacional e ao aumento da densidade extremamente rápidos, o que para muitos significava o marco de um novo estágio da civilização (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 101).

Apenas os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário compunham de modo um tanto disperso a agenda dos poderes públicos e os anseios da sociedade desse período. A imprescindibilidade dos ofícios de água e esgoto evidenciou-se a partir de problemas sociais que abarcaram as realidades dos grupos sociais desta época, num quadro em que insalubridades sanitárias foram compartilhadas.

No que diz respeito ao provimento de água:

Houve um tempo em que nem mesmo as melhores casas das maiores cidades brasileiras contavam com água encanada. Eram os chafarizes públicos que cumpriam o nobre papel de garantir aos moradores as condições mínimas de conforto, saúde e higiene, além de servir a muitos para seu trabalho e sustento – em um passado não tão distanteⁱⁱ.

Entre “1857 e 1877”, o governo provincial de São Paulo engenthou “o primeiro sistema” de “água encanada” junto à “empresa Achilles Martin D’Éstudens”. Na cidade do Rio de Janeiro, a polícia era responsável pela vigilância das construções que abasteciam a região, pois a população da cidade aumentava rapidamente. Essa situação demonstrava a necessidade de controlar esse serviço, uma vez que o abastecimento desordenado e de qualquer fonte poderia ser foco de inúmeras doenças (GAGLIARDO, 2014).

Já em “Porto Alegre, o sistema de abastecimento de água encanada foi concluído em 1861”ⁱⁱⁱ e no “Rio de Janeiro, em 1876, o governo imperial contratou o engenheiro Antônio Gabrielli para a construção da rede de abastecimento de água a domicílio”^{iv}. Nessa

época, tais empreendimentos foram operacionalizados por empresas estrangeiras (em especial, companhias inglesas) e estatizados no início do século XX^v.

Sobre os serviços de esgoto, até a segunda metade do século XIX,

[...] o esgoto era retirado de cada casa de forma semelhante a como hoje é recolhido nosso lixo. Depositado em barris, o material era levado durante a noite e jogado no mar, à beira do cais, ou em fossas cavadas para despejo. Os homens que levavam à cabeça as vasilhas com os dejetos eram chamados de “tigres”^{vi}, em função da sujeira que escorria dos barris e manchava suas roupas^{vii}.

No âmbito em questão, tal precariedade remeteu a um impasse internacional em termos de comércio exterior. Diante dos “riscos de contaminação das tripulações” de seus navios, “as nações europeias ameaçaram retirar os portos brasileiros das suas rotas de atracação”. Nesse ponto, temendo graves prejuízos devido à dependência econômica do Brasil, o imperador D. Pedro II concluiu que seria necessário elaborar e implantar “sistemas de esgotamento sanitário para os dois principais portos: Rio de Janeiro e São Paulo”^{viii}. Mesmo sendo duas importantes cidades do império, as ações se limitaram aos portos, visando a melhorar a imagem da nação perante outros países.

Em 1879, o engenheiro militar estadunidense George Edwin Waring^{ix} projetou “um sistema de esgotos para a cidade de Memphis, no Tennessee, EUA”, que separava as águas residuais domésticas das “vazões pluviais”, denominado “Sistema Separador Absoluto”^x. No ano de 1912, por meio do engenheiro civil Francisco Saturnino Rodrigues de Brito^{xi}, tal mecanismo foi difundido no Brasil, passando “a ser adotado obrigatoriamente no país”^{xii}.

No Paraná, o desenvolvimento dos serviços de água e esgoto esteve exclusivamente voltado à cidade de Curitiba até o final do século XIX. Na virada do século XX, concomitantemente, os serviços de água e esgoto para o município passaram a ficar sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, numa sistêmica perspectiva de expansão desses ofícios para além da capital paranaense (SCHUSTER, 1994). Uma das primeiras ações de saneamento na capital paranaense foi a criação de um parque, denominado “Passeio Público” (nome mantido até hoje), parque este que visava a drenar as áreas alagadiças da região, reduzindo a proliferação de vetores (mosquitos e pernilongos) de doenças^{xiii}.

O mencionado cenário histórico abriu espaço para a instituição de uma consciência coletiva social que definiu os serviços de água e esgoto como soluções indispensáveis, visto que as consequências de suas faltas atingem todos os agentes sociais envolvidos.

URBANIZAÇÃO À BRASILEIRA: CONSOLIDAÇÃO DOS PROBLEMAS DE SANEAMENTO

A metropolização de uma grande quantidade de cidades no Mundo e também no Brasil, em especial após a 2ª Guerra Mundial, marcado por uma ruptura entre o modelo de produção agrário e o início da formação de uma indústria de base gerou a impossibilidade de administrar com qualidade todos os problemas, criando lacunas que nos parecem irreversíveis diante do quadro caótico do modelo atual de urbanização. Esse processo de metropolização não ocorre apenas no Brasil, sendo uma constante nos países de infraestrutura precária. Assim, em

[...] meados do Século XX, a transição demográfica ganhou feições revolucionárias em vários países da periferia e foi acompanhado de intensas migrações. Os processos de urbanização e de metropolização foram acelerados, atingindo taxas de crescimento urbano da ordem de 4,8% entre 1950 e 1960 para o conjunto de nações do mundo pobre. O mesmo indicador era de menos da metade (2,3%) para países desenvolvidos no mesmo decênio. Já entre 1970 e 1980, enquanto o primeiro conjunto de nações revelava uma taxa de crescimento urbano de 4,1%, o segundo mostrava uma importante desaceleração, com 1,3% (SILVEIRA, 2008, p. 18).

Neste conjunto de países pobres estão inseridos os da América Latina, demonstrando que as taxas de crescimento urbano não apresentaram desaceleração significativa (menos de 1% em vinte anos). Podem ser compreendidas como causas desse processo:

A diminuição da mortalidade, graças à luta contra doença e a morte, e a alta natalidade, em virtude da organização sanitária, da melhoria dos transportes e das condições de vida, contribuíram para essa aceleração. Esse processo, que se completa em uma ou duas décadas no Terceiro Mundo, havida demorado longos anos na Europa. Por outro lado, a destruição das estruturas agrárias provocou importantes migrações e, assim, algumas cidades do mundo subdesenvolvido receberam importantes contingentes de população, que reforçaram as centralidades nacionais e regionais (*Idem*).

Com uma visão muito mais coerente sobre o crescimento urbano mundial, também é plausível afirmar que:

A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que prefira o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550. Com Efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do

mundo quando John F. Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começara a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050 (DAVIS, 2006, p. 13).

Tal afirmação explica a intensa urbanização a nível mundial e, logicamente, o mesmo processo por qual passa o Brasil. Ao buscar um entendimento da evolução rápida, desordenada e caótica da urbanização nas cidades brasileiras, nos chama a atenção a falta de oportunidades na área rural do país, deixando a mingua gerações e mais gerações de brasileiros, levando a migração para os grandes centros urbanos em busca de novas oportunidades (KOWARICK, 1993).

Ainda que possam parecer diferentes, os conceitos de urbanização e crescimento urbano possuem características diferentes, nesse sentido:

O desenvolvimento urbano é o processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos. É importante, todavia, assinalar uma distinção clara entre os dois processos principais de desenvolvimento urbano: crescimento urbano e urbanização. O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentração da população numa economia ou sociedade particular. Isso ocorre quando a distribuição da população deixa de estar largamente assentadas em lugarejos e aldeias para estar predominantemente em vilas e cidades. A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que ocorrem do impacto das cidades sobre a sociedade (CLARK, 1991, p. 61).

Os dois termos tiveram um uso equivocado, sendo que a “urbanização” foi amplamente usada para descrever tanto o crescimento das cidades, como o impacto das cidades sobre a sociedade.

Acerca das mudanças nos padrões urbanos na América Latina:

Os últimos dados censitários estão revelando que continua de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos imigrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam. Tudo isso vem alimentar a controvérsia sobre a urbanização nos países não desenvolvidos, cujas características sociais nefastas ocasionam um pessimismo que vai adquirindo diferentes tonalidades ideológicas conforme as preferências do autor. Há os que atribuem os “males” da urbanização ao excessivo crescimento demográfico, à falta de reforma agrária, ao caráter demasiadamente avançado da tecnologia industrial e assim por diante (SINGER, 1998, p. 63).

Nesse aspecto, a urbanização desordenada que se verificou (e se verifica) no Brasil influenciou as deficiências nos serviços de água e esgoto, proporcionando um significativo campo de disputa no tocante ao uso indevido de verbas e também gerador de disputas no campo político.

CONCLUSÃO

É plausível sustentar que a experiência brasileira envolvendo os serviços de água e esgoto proporcionou uma significativa diversidade de agentes sociais, num contexto de sistêmicos conflitos pela posse dos capitais mobilizados pela premeditação implantação, administração e exploração dos ofícios em questão.

O progressivo reconhecimento da necessidade dos serviços de água e esgoto envolve governantes, legisladores, engenheiros, comerciantes, imigrantes, funcionários públicos e, no geral, os usuários dos serviços. Da mesma maneira, instituições (e grupos) como os governos e casas legislativas (federal, estaduais e municipais), sindicatos, corpos funcionais, partidos políticos, empresas (nacionais e estrangeiras; estatais, mistas e privadas) e corporações financeiras. Há uma pluralidade de agentes sociais, habitus e interesses.

A partir destas referências, os sistemas de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário proporcionam reflexões importantes. A ponto de sustentar um campo social específico, cujos agentes sociais desses espaços, também agem em outros campos sociais conforme o montante de capitais mobilizados. Nesse raciocínio, vigora um campo social “Água e Esgoto” no cenário brasileiro, sendo tal microcosmo permeado por outros campos sociais, como os campos político, empresarial, profissional e comunitário.

Num panorama de campos, capitais e conflitos, a temática do poder é inerente. Nesse cenário emerge um campo do poder. A função do campo do poder consiste nos controles dos capitais mobilizados e dos conflitos proporcionados. Nessa proposição, “sua configuração determina, em cada momento, a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

Não sendo “um campo como os outros”, o campo do poder, “que não deve ser confundido com o campo político”, é definido como “o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital”, cujo propósito é “dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Podemos buscar compreender a questão dos os serviços de água e esgoto como um direito humano básico, mas que acaba por se tornar um profundo campo de disputas nas relações de poder. Essas disputas, no Brasil, acabam por atingir um nível mais exagerado, em virtude dos capitais (cultural, econômico, simbólico e social) que as administrações (estatais e privadas) buscam utilizar como instrumentos de barganha e, conseqüentemente, de dominação.

Referências

- BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- BRASIL (2007). *Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm; acesso em 20 de outubro de 2016.
- CLARK, D. (1991). *Introdução à Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil.
- DAVIS, M. (1993). *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial.
- DURKHEIM, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret.
- FAORO, R. (2001). *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.
- GAGLIARDO, V. C. (2014). “A intendência de polícia e a civilização do Rio de Janeiro oitocentista”. *Urbana*, set, vol. 6, nº 8, p. 376-401.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. (2016). *Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: Unesp.
- HOCHMAN, G. (1998). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
- KOWARICK, L. (1993). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARQUES, E. C. (1999). “Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out., vol. 14, nº 41, p. 45-67.
- MATOS, H. (2009). *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus.
- RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. (2010). *Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde*. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Análise Ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SILVEIRA, M. L. (2008). “Metrópoles do terceiro mundo: da história ao método, do método à história”. In: DA SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (orgs). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj.

SINGER, P. (1998). *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto.

SCHUSTER, Z. L. L. (1994). *Sanepar ano30: resgate da memória do saneamento básico do Paraná*. Curitiba: Logos Press.

THIRY-CHERQUES, H. R. (2006). “Pierre Bourdieu: a teoria na prática”. *Rev. Adm. Pública*, vol.40, n.1, pp.27-53.

VIANA, O. (1938). *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional.

Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico

“A história do saneamento básico no Brasil” – Disponível em <http://www.aegea.com.br/portfolios/a-historia-do-saneamento-basico-no-brasil/>; acesso em 13/01/2017.

“Água pra dar ou vender” - Disponível em [http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-
revista/agua-pra-dar-ou-vender](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-pra-dar-ou-vender); acesso em 13/01/2017.

“Esgoto – uma pequena história” - Disponível em http://www.ilhacap.com.br/educacao_janeiro13/esgotos1.html; acesso em 14/01/2017.

“Evolução dos Sistemas de Esgotamento (I)” – Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Historia.html>; acesso em 14/01/2017.

“George Edwin Waring Jr.” - Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GeoEWrig.html>; acesso em 14/01/2017.

“O engenheiro Saturnino de Brito e o Urbanismo sanitário” – Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435>; acesso em 14/01/2017.

“O ESGOTO SANITÁRIO – A ORIGEM” - Disponível em <http://tratamentodeagua.com.br/artigo/o-esgoto-sanitario-a-origem/>; acesso em 18/01/2017.

“O Rio vai buscar água além dos seus limites” – Disponível em <http://www.casadorio.com.br/sites/default/files/pdf/O%20Rio%20vai%20buscar%20%C3%A1gua%20al%C3%A9m%20dos%20seus%20limites.pdf>; acesso em 13/01/2017.

“Tampe bem o seu tonel” - Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/tampe-bem-o-seu-tonel>; acesso em 14/01/2017.

ⁱ “[...] o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social.” (VIANA, 1938, p.63). Ainda que em algumas cidades da antiguidade já existissem governos preocupados com o abastecimento de água

potável, a consolidação desses “serviços”, seriam consolidados após intensiva urbanização observada no século XX.

ⁱⁱ Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-para-dar-ou-vender>; acesso em 13/09/2016.

ⁱⁱⁱ Disponível em <http://www.aegea.com.br/portfolios/a-historia-do-saneamento-basico-no-brasil/>; acesso em 13/09/2016.

^{iv} Disponível em <http://www.casadorio.com.br/sites/default/files/pdf/O%20Rio%20vai%20buscar%20C3%A1%20gua%20al%20C3%A9m%20dos%20seus%20limites.pdf>; acesso em 13/09/2016.

^v “No final do século XIX, ocorreu a organização dos serviços de saneamento e as províncias entregaram as concessões às companhias estrangeiras, principalmente inglesas. [...] Com a péssima qualidade dos serviços prestados pelas companhias estrangeiras, o Brasil estatizou o serviço de saneamento no início do século XX”. Disponível em <http://www.aegea.com.br/portfolios/a-historia-do-saneamento-basico-no-brasil/>; acesso em 13/09/2016.

^{vi} “[...] escravos que na calada da noite transportavam barris com fezes e urina para jogá-los em praias e valas”. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/tampe-bem-o-seu-tonel>; acesso em 14/09/2016.

^{vii} Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/agua-para-dar-ou-vender>; acesso em 13/09/2016.

^{viii} Disponível em http://www.ilhacap.com.br/educacao_janeiro13/esgotos1.html; acesso em 14/09/2016.

^{ix} “Engenheiro civil e sanitaria estadunidense nascido em Pound Ridge, Westchester County, New York, USA, veterano da Guerra Civil e conhecido como The Colonel, consagrado como engenheiro civil sanitaria, projetista e construtor de sistemas de esgotamento e criador do sistema separador absoluto de esgotamento. Filho do rico industrial George E. Waring, foi educado em New York, formou-se em química e engenharia agrícola e começou a dar aulas na ciência agrícola. Passou a trabalhar na grande fazenda do fundador do Partido Republicano, Horace Greeley (1811-1872), em Chappaqua, Nova York (1855) e dois anos depois foi nomeado engenheiro agrícola e de drenagem da construção do New York's Central Park. Construído onde a maior parte da área era alagada, era considerado o mais importante projeto de drenagem norte-americano do seu tempo. Com grande competência, ele projetou e supervisionou a construção do sistema de drenagem e criou os lagos cênicos e os tanques do parque. Com o início da Guerra Civil Americana, aceitou uma comissão militar com a patente de major e participou de seis companhias da cavalaria no estado do Missouri”. Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GeoEWrig.html>; acesso em 14/09/2016.

^x Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Historia.html>; acesso em 14/09/2016.

^{xi} “Francisco Saturnino Rodrigues de Brito nasceu no dia 14 de julho de 1864, em Campos, estado do Rio de Janeiro, e faleceu em 10 de março de 1929, aos 65 anos de idade, em Pelotas, enquanto vistoriava obras de saneamento que ele projetara para a cidade. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886 e é considerado por muitos como o mais notável engenheiro sanitaria brasileiro, sendo o pioneiro nesta especialidade no país”. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435>; acesso em 14/09/2016.

^{xii} Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Historia.html>; acesso em 14/09/2016.

^{xiii} “Em 1885, o presidente da Província do Paraná, Alfredo Taunay, ficou bem impressionado com o serviço de saneamento que Fontana promoveu no terreno de sua mansão (o chamado “Palacete das Rosas”), e o convidou para a condução dos melhoramentos daquele que viria a ser o primeiro parque público de Curitiba. A ideia era sanear e embelezar uma área alagadiça nas proximidades do Atalho da Graciosa para evitar a proliferação de agentes vetores de doenças. Fontana aceitou sabendo que o empreendimento traria benefícios para toda aquela região (que à época já era conhecida como Glória, em função do Engenho da Glória, de propriedade de Fontana). Ele marcou época com suas técnicas inovadoras para a industrialização do mate. Delegou ao engenheiro italiano Lazzarini (que também trabalhou na estrada de ferro e na construção da Catedral) a tarefa de promover os melhoramentos no banhado. Tais intervenções foram feitas às pressas, porque precisavam ser concluídas antes do fim da gestão de Taunay. Fontana, envolvido com o projeto, injetou dinheiro do próprio bolso para que o parque se materializasse. Mesmo inacabado, o parque teve boa receptividade entre a população. Foi batizado de “Passeio Público”, a exemplo de muitos outros espaços feitos com o mesmo objetivo, como os Passeios Públicos de Vila Bela, no Mato Grosso, criado em 1773; Vila Boa de Goiás, fundado em 1778; Rio de Janeiro, construído entre os anos de 1779 e 1883; e o de Salvador, datado de 1803. Todos foram inspirados no Passeio Público doado para a cidade de Lisboa pelo Marquês de Pombal, em 1764.” Disponível em http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=20427#&panel1-1; acesso em 27/01/2017.